

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

13º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA
PROVIMENTO DE CARGOS NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA
DE PROCURADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CP 13/11- PROCURADOR DO ESTADO
PROVA OBJETIVA DE LÍNGUA PORTUGUESA E
DE DISCIPLINAS JURÍDICAS
FASE PRELIMINAR

INSTRUÇÕES

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante da prova e das normas que regem este Concurso Público.

1. Verifique se este caderno possui 27 páginas, contendo **100 (cem) questões**, numeradas de 01 a 100. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala a sua substituição.
2. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras **A, B, C, D, E**, sendo apenas uma delas a resposta correta.
3. O tempo para a realização da prova é de 5 horas, incluindo o preenchimento da grade de respostas. O candidato só poderá retirar-se do recinto da prova após 1 hora e 30 minutos de seu início. Os dois últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, assinando a ata.
4. Nenhuma informação sobre as instruções e/ou sobre o conteúdo das questões será dada pelo fiscal, pois são parte integrante da prova.
5. No caderno de prova, o candidato poderá fazer anotações.
6. Ao término da prova, sinalize ao fiscal de sala para entrega da grade de respostas.
7. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados no dia 14/12/2011, na Internet, no sítio da PGE (www.pge.rs.gov.br) e no portal da Fundatec (www.fundatec.org.br).

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões de números 01 a 10 referem-se ao texto abaixo.

01 Num recente debate com estudantes de Letras da USP, o crítico de arte e ficcionista Rodrigo Naves
02 pôs lado a lado, numa *boutade* cheia de razão, Pelé e Machado de Assis. De fato, se a formação da
03 literatura brasileira desemboca em Machado, a do futebol brasileiro desemboca em Pelé. Quem ousaria
04 compará-los? Quem dirá quem é superior? Driblarei a questão indo direto ao ponto: como foram possíveis
05 um e outro? Ambos nos dão a impressão de render as condições que os geraram, como se pairassem
06 acima delas. Render, aqui, significa submetê-las (a pobreza, o atraso, a situação periférica do país)
07 levando-as a suas consequências máximas, e superando-as sem negá-las. A discrepância aparentemente
08 berrante entre o escritor e o jogador de futebol contém nela mesma o xis do problema. Ambos são
09 necessários para que se formule a trama de um país mal letrado e exorbitante, cujo destino passa pelas
10 reversões entre a “alta” e a “baixa” cultura, pelo confronto e pelo contraponto das raças, pela palavra e pelo
11 corpo, e cuja formação não poderia se dar apenas na literatura: o ser brasileiro pede minimamente – para
12 se expor em sua extensão e intensidade – a literatura, o futebol e a música popular.

13 É fato que o Brasil da literatura machadiana gira em falso repetindo viciosamente, *ad aeternum* e *ad*
14 *nauseam*, a sua incapacidade de mudança. Mas se tomássemos o pessimismo social machadiano muito ao
15 pé da letra, em nível raso, o país que Machado de Assis descreve não poderia sequer ter produzido ele
16 mesmo, tampouco a extraordinária potência de suas formulações. A verdade é que há, nesse caso, um
17 salto da vida cotidiana no talento individual.

18 Comparo Machado de Assis a Pelé, assim, não porque sejam semelhantes como personalidades ou
19 estilos, mas porque têm aquela similitude dos opostos complementares: além de todas as diferenças óbvias
20 implicadas nos campos da literatura e do futebol, o foco de um ilumina o cerne de nossa incapacidade de
21 escapar ao retorno vicioso do mesmo, e o do outro, a nossa capacidade de invenção lúdica e a
22 extraordinária potência da nossa promessa de felicidade. O que os une é a afirmação, na negatividade e na
23 positividade, da consciência fulminante e da intuição em ato, assim como a capacidade de fazer o país
24 saltar aos nossos olhos como melhor do que ele mesmo.

Extraído e adaptado de: José Miguel Wisnik, *Veneno Remédio: O Futebol e o Brasil*, p.404-406.
São Paulo: Companhia das Letras, 2008. (384 palavras)

QUESTÃO 01 – No texto, a utilização das figuras de Machado de Assis e de Pelé está a serviço de um propósito argumentativo. Assinale a alternativa que expressa adequadamente a relação entre a utilização dos personagens mencionados e o propósito argumentativo do texto.

- A) O texto contrapõe Machado de Assis a Pelé para revelar o Brasil como um país plural, mas incapaz de lidar com as próprias contradições.
- B) O texto aproxima Machado de Assis a Pelé para revelar semelhanças de estilo entre duas manifestações artísticas pouco reconhecidas no âmbito da análise da cultura brasileira.
- C) O texto aproxima Machado de Assis a Pelé para apresentá-los como expoentes que foram capazes de promover a superação dos limites sociais no âmbito das manifestações culturais.
- D) O texto apresenta Machado de Assis e Pelé como exceções que conseguiram escapar às grandes limitações que caracterizam a cultura brasileira.
- E) O texto minimiza as diferenças entre Machado de Assis e Pelé a fim de revelar a face carnavalesca da cultura brasileira, que aproxima as manifestações eruditas das populares.

QUESTÃO 02 – Considere as afirmações abaixo a respeito do último parágrafo do texto.

- I. O que torna Machado e Pelé complementares é que ambos integram um quadro do qual emerge um Brasil que surpreende por produzir, em meio às suas limitações, manifestações culturais de grande expressividade.
- II. Embora Machado e Pelé iluminem focos distintos da cultura brasileira – a literatura e o futebol –, ambos empenharam-se em destacar tanto seus aspectos positivos quanto seus aspectos negativos.
- III. A literatura de Machado e o futebol de Pelé se unem por serem expressões afirmativas – no caso do primeiro, de uma consciência fulminante; no do segundo, da intuição em ato – das possibilidades do país.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 03 – Assinale a alternativa que apresenta as referências estabelecidas pelas expressões **sua** (l. 14), **ele mesmo** (l. 15 e 16) e **suas** (l. 16), respectivamente.

- A) a literatura machadiana – o Brasil – o Brasil
- B) o Brasil da literatura machadiana – Machado de Assis – o Brasil
- C) o Brasil da literatura machadiana – o Brasil – Machado de Assis
- D) a literatura machadiana – Machado de Assis – Machado de Assis
- E) o Brasil da literatura machadiana – Machado de Assis – Machado de Assis

QUESTÃO 04 – Considere as seguintes afirmações sobre recursos expressivos utilizados por Wisnik no texto:

- I. A utilização do advérbio na expressão **discrepância aparentemente berrante** (l. 07 e 08) aponta para a possibilidade de uma aproximação entre a literatura de Machado e o futebol de Pelé.
- II. A utilização da expressão **reversões entre a “alta” e a “baixa” cultura** (l. 10) serve para dar relevo à necessidade de dissociação entre literatura e futebol em uma reflexão sobre a cultura brasileira.
- III. A utilização do advérbio **minimamente** (l. 11) indica que, para compreender a cultura brasileira, é necessário considerar a literatura, a música e o futebol.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 05 – Numere a coluna 02 de acordo com a coluna 01, relacionando cada expressão a seu valor semântico no texto.

Coluna 01

- 1. Adição
- 2. Modo
- 3. Comparação

Coluna 02

- () **como** (l. 04)
- () **como se** (l. 05)
- () **tampouco** (l. 16)
- () **assim como** (l. 23)

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

- A) 2 – 3 – 1 – 3
- B) 3 – 1 – 3 – 2
- C) 3 – 3 – 1 – 3
- D) 2 – 1 – 2 – 2
- E) 2 – 3 – 1 – 1

QUESTÃO 06 – Assinale a alternativa que apresenta palavras contextualmente equivalentes a **desemboca** (l. 03), **exorbitante** (l. 09), **contraponto** (l. 10) e **fulminante** (l. 23).

- A) dá em – desmedido – oposição – destrutiva
- B) dá em – caro – oposição – iluminadora
- C) dá em – desmedido – contraste – iluminadora
- D) termina em – desmedido – contraste – destrutiva
- E) termina em – caro – contraste – iluminadora

QUESTÃO 07 – Considere as seguintes propostas de alteração no uso de sinais de pontuação do texto:

- I. Substituição do ponto final na linha 08 por dois pontos (com as devidas alterações de maiúsculas e minúsculas).
- II. Inserção de vírgula depois de **Mas** (l. 14).
- III. Omissão da vírgula que segue **positividade** (l. 23).

Quais estão corretas e conservam o sentido do período original?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 08 – Considere as seguintes afirmações sobre propostas de reescrita de trechos do texto que contêm pronomes relativos.

- I. Se o segmento **os geraram** (l. 05) fosse substituído por **se originaram**, a regência verbal exigiria que o pronome **que** (l. 05) fosse substituído por **pelas quais** ou **por que**.
- II. A expressão **cujo destino** (l. 09) poderia ser substituída por **do qual o destino** sem alterar as relações de regência, o sentido ou a correção gramatical do período.
- III. Se o verbo **descreve** (l. 15) fosse substituído por **retrata**, a regência verbal exigiria que o pronome **que** precedendo **Machado** (l. 15) fosse substituído por **ao qual** ou **a que**.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 09 – Assinale a alternativa em que se faz uma afirmação INCORRETA quanto à formação das palavras.

- A) **situação** (l. 06) e **afirmação** (l. 22) são substantivos formados a partir de verbos.
- B) **pobreza** (l. 06) e **atraso** (l. 06) são formadas pelo processo de derivação regressiva.
- C) **desemboca** (l. 03) contém dois prefixos, e **incapacidade** (l. 14) contém apenas um.
- D) **brasileiro** (l. 03) e **vicioso** (l. 21) são adjetivos formados a partir de substantivos.
- E) **pessimismo** (l. 14) e **negatividade** (l. 22) são substantivos formados a partir de adjetivos.

QUESTÃO 10 – Considere as afirmações a seguir a respeito de recursos de pontuação e ortografia empregados por Wisnik no texto.

- I. As expressões **boutade** (l. 02), **ad aeternum** (l. 13) e **ad nauseam** (l. 13 e 14) foram grifadas (por meio de itálico) porque são estrangeirismos.
- II. A frase **como foram possíveis um e outro?** (l. 04 e 05) é precedida de dois pontos porque Wisnik está reportando em discurso direto uma pergunta de outra pessoa.
- III. O vocábulo **mal** (l. 09) é grafado com **-l**, e não com **-u**, porque se trata de um adjetivo que modifica o substantivo **país** (l. 09).
- IV. Ao marcar os adjetivos **alta** e **baixa** (l. 10) com aspas, Wisnik quer ironizar a distinção sem matizes que se estabelece entre manifestações de alta e de baixa cultura.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas I e IV.
- D) Apenas II e III.
- E) Apenas II, III e IV.

Instrução: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto abaixo.

01 Já então o ex-ministro estava aposentado. Regressou ao Rio de Janeiro, depois de um último olhar
02 às coisas vistas, para aqui viver o resto dos seus dias. Podia fazê-lo em qualquer cidade, era homem de
03 todos os climas, mas tinha particular amor à sua terra. Não atribuía a esta tantas calamidades. A febre
04 amarela, por exemplo, à força de a desmentir lá fora, perdeu-lhe a fé, e cá dentro, quando via publicados
05 alguns casos, pouco fazia deles. Talvez porque era homem sadio.

06 Não mudara inteiramente; era o mesmo ou quase. Encalveceu mais, é certo, terá menos carnes,
07 algumas rugas; ao cabo, uma velhice rija de sessenta anos. Os bigodes continuam a trazer as pontas finas
08 e agudas. O passo é firme, o gesto grave, com um toque de galanteria que nunca perdeu. Na botoeira, a
09 mesma flor eterna.

10 Também a cidade não lhe pareceu que houvesse mudado muito. Achou algum movimento mais,
11 alguma ópera menos, cabeças brancas, pessoas defuntas; mas a velha cidade era a mesma. A própria
12 casa dele no Catete estava bem conservada. Aires despediu o inquilino, tão polidamente como se
13 recebesse um ministro estrangeiro, e meteu-se nela a si e a um criado, por mais que a irmã teimasse em
14 para Andaraí.

15 – Não, mana Rita, deixe-me ficar no meu canto.

16 – Mas eu sou a sua última parenta – disse ela.

17 – De sangue e de coração, isto é – concordou ele. Pode acrescentar que a melhor de todas e a
18 mais pia. Onde estão aqueles cabelos...? Não precisa baixar os olhos. Você os cortou para meter no caixão
19 de seu finado marido. Os que estão embranqueceram; mas os que lá ficaram eram pretos, e mais de uma
20 viúva guardado todos para as segundas núpcias.

21 Rita gostou de ouvir aquela referência. Outrora, não; pouco depois de viúva, tinha vexame de um
22 ato tão sincero; achava-se quase ridícula. Que valia cortar os cabelos por haver perdido o melhor dos
23 maridos? Mas, andando o tempo, entrou a ver que fizera bem, a aprovar que, e, na intimidade, a
24 lembrá-lo. Agora serviu a alusão para replicar:

25 – Pois se eu sou isso, por que é que você prefere viver com estranhos?

26 – Que estranhos? Não vou viver com ninguém. Viverei com o Catete, o largo do Machado, a praia
27 de Botafogo e a do Flamengo, não falo das pessoas que lá moram, mas das ruas, das casas, dos
28 chafarizes e das lojas. Há lá coisas esquisitas, mas sei eu se venho achar em Andaraí uma casa de pernas
29 para o ar? Contentemo-nos do que sabemos.

Adaptado de: Machado de Assis, "O aposentado", in *Esau e Jacó*, p.75-76.
Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987. (Coleção Clássicos Globo) (421 palavras)

QUESTÃO 11 – Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas das linhas 14, 20 e 23.

- A) levá-los – os teria – o lhe dissessem
- B) levar-lhes – os teria – lho dissessem
- C) levar-lhes – lhes teria – o lhe dissessem
- D) levá-los – os teria – lho dissessem
- E) levá-los – lhes teria – o lhe dissessem

QUESTÃO 12 – É possível discernir pelo menos três elementos importantes na estrutura do episódio narrado por Machado:

1. As razões do ministro Aires para permanecer no Rio de Janeiro, tendo retornado ao Brasil no momento em que se aposentou.
2. As razões do ministro Aires para retornar ao Rio de Janeiro, tendo encerrado sua carreira como diplomata.
3. A situação de Aires e da cidade do Rio de Janeiro no momento em que se reencontram.

Assinale a alternativa que caracteriza corretamente a ordem em que estes elementos aparecem no texto, do começo para o fim do texto.

- A) 1 – 2 – 3.
- B) 2 – 3 – 1.
- C) 3 – 1 – 2.
- D) 3 – 2 – 1.
- E) 1 – 3 – 2.

QUESTÃO 13 – Assinale a alternativa em que a afirmação está de acordo com o texto.

- A) Rita era a última irmã do ministro Aires.
- B) Quando Aires o reencontra, o Rio de Janeiro não havia mudado.
- C) No momento do reencontro com o Rio de Janeiro, o ministro Aires não havia mudado.
- D) O ministro Aires decidiu residir no Rio de Janeiro porque não tinha amor a outras cidades.
- E) Aires queria viver com o que conhecia – o Catete, o largo do Machado, a praia de Botafogo e a do Flamengo.

QUESTÃO 14 – Considere as seguintes afirmações sobre o conteúdo da narrativa de Machado:

- I. Apresenta elementos de descrição tanto de aspectos físicos quanto de disposições e atitudes do ministro Aires.
- II. Apresenta elementos de descrição tanto de aspectos físicos quanto de disposições e atitudes de Rita, a irmã do ministro Aires.
- III. Apresenta elementos de descrição tanto do ambiente sócio-cultural quanto do ambiente geográfico-climático do Rio de Janeiro.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 15 – Assinale a alternativa em que se estabelece a relação correta entre uma expressão do texto e aquilo a que se refere.

- A) **fazê-lo** (l. 02) – despedir-se das coisas vistas
- B) **cá dentro** (l. 04) – no Brasil
- C) **que** (l.08) – o gesto grave
- D) **Os que estão** (l. 19) – os cabelos que estão no caixão
- E) **-lo** (l. 24) – que lhe dissessem que fizera bem

QUESTÃO 16 – Considere as seguintes propostas de alteração no uso dos pronomes átonos do texto.

- I. Ênclise do pronome **lhe** ao verbo **parecer** na linha 10.
- II. Ênclise do pronome **os** ao verbo **cortou** na linha 18.
- III. Próclise do pronome **nos** ao verbo **Contentemos** na linha 29 (com as devidas alterações de maiúsculas e minúsculas).

Quais são as propostas gramaticalmente corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 17 – Assinale a alternativa em que a(s) substituição(ões) proposta(s) para as formas verbais do texto NÃO seria(m) possível(is) gramaticalmente.

- A) De **Regressou** (l. 01) por **Tinha regressado**.
- B) De **era** (l. 05) por **fosse**.
- C) De **terá** (l. 06) por **teria**.
- D) De **continuam** (l. 07) por **continuavam**, e de **é** (l. 08) por **era**.
- E) De **recebesse** (l. 13) por **estivesse recebendo**.

QUESTÃO 18 – Suponha que o período **Onde estão aqueles cabelos... ?**, na linha 18, fosse redigido como **Onde está aquele cabelo... ?** – isto é, com **cabelo** tendo sentido coletivo e sendo usado no singular a partir deste ponto. Considerando o preenchimento da lacuna da linha 20, qual seria o número de palavras que teriam de ser flexionadas no singular até o fim do parágrafo em questão?

- A) Sete.
- B) Oito.
- C) Nove.
- D) Dez.
- E) Onze.

QUESTÃO 19 – Considere as propostas de reescrita do trecho abaixo, extraído e adaptado do segmento entre as linhas 24 e 26, com conversão do discurso direto para o indireto:

Agora serviu a alusão para Rita replicar:

– **Se eu sou isso, por que é que você prefere viver com estranhos?**

– **Não vou viver com ninguém. Viverei com o Catete, o largo do Machado...**

- I. Agora serviu a alusão para Rita replicar que, se ela era isso, porque era que ele preferiria viver com estranhos. Aires respondeu que não ia viver com ninguém, que viveria com o Catete, o largo do Machado...
- II. Agora serviu a alusão para Rita replicar que, se ela era aquilo, por que era que ele preferia viver com estranhos. Aires respondeu que não ia viver com ninguém, que viveria com o Catete, o largo do Machado...
- III. Agora serviu a alusão para Rita replicar que, se ela fosse aquilo, por que é que ele preferiria viver com estranhos. Aires respondeu que não vivia com ninguém, que vivia com o Catete, o largo do Machado...

Quais das propostas são conversões corretas do trecho?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 20 – Assinale a alternativa em que se estabelece a relação correta entre uma expressão e sua função gramatical no texto.

- A) O vocábulo **então** (l. 01) exerce função de adjunto adverbial de tempo.
- B) A expressão **A febre amarela** (l. 03 e 04) exerce a função de sujeito do verbo **perdeu** (l. 04).
- C) A expressão **à sua terra** (l. 03) exerce a função de objeto indireto.
- D) O pronome relativo **que** (l. 08) exerce a função de sujeito do verbo **perdeu** (l. 08).
- E) O pronome **-me** (l.15) exerce a função de objeto indireto do verbo **deixe** (l. 15).

Instrução: As questões de números 21 a 30 referem-se ao texto abaixo.

01 Se há algo que os eventos do 11 de setembro deixaram bastante claro é que há sempre uma forma
02 imprevista pela qual o mundo pode tornar-se pior.

03 Não se de pessimismo e desespero, mas do reconhecimento de uma regra para a qual,
04 imagino, deveríamos estar alertas: para que as coisas melhorem, para que o mundo seja um local mais
05 justo e seguro, é preciso muito esforço. Mas para que as coisas desandem, para que a violência se instale,
06 para que se as conquistas mais importantes da civilização, não é preciso esforço algum. a
07 irreflexão, o acomodamento, o desinteresse.

08 Os atentados terroristas promovidos pela Al-Qaeda constituem um dos símbolos mais fortes de
09 nossa época. Por conta da estupidez desse grupo – radicalizado, como se sabe, por profundos sentimentos
10 religiosos –, deflagrou-se uma nova série de eventos causais. O resultado, 10 anos depois, só se pode
11 descrever em termos de uma tragédia sem fim. A absurda guerra no Iraque, onde já morreram cerca de um
12 milhão de pessoas, é a contraface do terror em sua forma estatal, e as cenas de tortura em Abu Ghraib
13 dizem muito mais que a covardia de um punhado de soldados. Aqueles que, em sua reação, se
14 apresentaram ao mundo como “os inimigos do terrorismo”, infelizmente, foram derrotados por ele na exata
15 medida em que adotaram seus métodos e sentimentos. O que é grave, para nós, é que esta derrota nos
16 convoca. Do fundo desse abismo, somos chamados a compartilhar os mesmos valores da queda, saudando
17 a morte dos suspeitos e chamando o crime de “justiça”.

Marcos Rolim, “Um Mundo Pior é Possível”.

Disponível em: http://rolim.com.br/2006/index.php?option=Com_content&task=view&id=819&Itemid=3 (257 palavras)

QUESTÃO 21 – Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas das linhas 03 e 06.

- A) trata – esqueça – Basta
- B) tratam – esqueçam – Bastam
- C) tratam – esqueça – Bastam
- D) trata – esqueçam – Bastam
- E) tratam – esqueçam – Basta

QUESTÃO 22 – Assinale a alternativa que apresenta ideias que se podem depreender do conteúdo do texto.

- A) No conflito posterior a 11 de setembro, o Iraque representou o terror estatal.
- B) Além dos americanos, outros povos foram convocados a integrar-se no combate efetivo ao terrorismo.
- C) As cenas de tortura em Abu Ghraib são uma expressão mais contundente da revolta dos americanos do que a sua ação militar no Iraque.
- D) Aqueles que se apresentaram como “inimigos do terrorismo” foram derrotados por terem adotado métodos e procedimentos próprios, ignorando a força de resistência do oponente.
- E) Aqueles que condenam o atentado de 11 de setembro sentem-se, de alguma forma, motivados a aprovar a reação americana, apesar dos excessos cometidos.

QUESTÃO 23 – Marcos Rolim utiliza várias expressões que, aplicando-se à reação americana e ocidental, acusam-na de desproporcional, de irracional. Assinale a alternativa abaixo em que a expressão NÃO se aplica à reação americana.

- A) irreflexão (l. 07)
- B) estupidez (l. 09)
- C) covardia (l. 13)
- D) abismo (l. 16)
- E) crime (l. 17)

QUESTÃO 24 – Considere as seguintes afirmações sobre a referência de expressões do texto:

- I. A expressão **um punhado de soldados** (l. 13) faz referência aos soldados que violaram os direitos humanos em Abu Ghraib.
- II. A expressão **Aqueles que, em sua reação, se apresentaram ao mundo como “os inimigos do terrorismo”** (l. 13 e 14) faz referência a **um punhado de soldados** (l. 13).
- III. A expressão **da queda** (l. 16) faz referência à derrota do terrorismo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 25 – Considere as seguintes afirmações sobre o sentido de expressões do texto.

- I. A conjunção **Se** (l. 01) expressa a ideia de dúvida.
- II. A locução **Por conta** (l. 09) expressa a ideia de causa.
- III. O advérbio **só** (l. 10) expressa a ideia de exclusividade.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 26 – Assinale a alternativa em que se faz uma afirmação correta sobre o uso de sinais de pontuação no texto.

- A) Os dois pontos da linha 04 poderiam ser omitidos.
- B) O ponto final que precede **Mas** na linha 05 poderia ser substituído por ponto e vírgula (com as devidas alterações de maiúsculas e minúsculas).
- C) A vírgula que segue **como se sabe** na linha 09 poderia ser omitida sem alterar o significado do período.
- D) As vírgulas que delimitam **onde já morreram ... pessoas** nas linhas 11 e 12 poderiam ser omitidas sem alterar o significado do período.
- E) A omissão da vírgula que segue **abismo** na linha 16 alteraria as relações de significado do período.

QUESTÃO 27 – Considere as seguintes propostas de alteração no uso de expressões com pronomes relativos no texto:

- I. substituição de **pela qual** (l. 02) por **por que**;
- II. substituição de **para a qual** (l. 03) por **a qual**;
- III. substituição de **onde** (l. 11) por **em que**.

Quais propostas mantêm o sentido original da frase e estão gramaticalmente corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 28 – Qual das formas ou locuções verbais abaixo NÃO expressa, no texto, a voz passiva?

- A) *deflagrou-se* (l. 10)
- B) *se pode descrever* (l. 10 e 11)
- C) *se apresentaram* (l. 13 e 14)
- D) *foram derrotados* (l. 14)
- E) *somos chamados* (l. 16)

QUESTÃO 29 – Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, um substantivo derivado de adjetivo, um substantivo derivado de verbo, e um adjetivo derivado de substantivo.

- A) pessimismo (l. 03) – reconhecimento (l. 03) – estatal (l. 12)
- B) violência (l. 05) – imprevista (l. 02) – terroristas (l. 08)
- C) terrorismo (l. 14) – desinteresse (l. 07) – seguro (l. 05)
- D) estupidez (l. 09) – derrota (l. 15) – acomodamento (l. 07)
- E) covardia (l. 13) – sentimentos (l. 09) – alertas (l. 04)

QUESTÃO 30 – Considere as seguintes propostas de reescrita abaixo, que unem em um só os dois períodos do seguinte trecho extraído do texto (l. 09 e 11).

Por conta da estupidez desse grupo, deflagrou-se uma nova série de eventos causais. O resultado, 10 anos depois, só se pode descrever em termos de uma tragédia sem fim.

- I. Por conta da estupidez desse grupo, deflagrou-se uma nova série de eventos causais cujo resultado, 10 anos depois, só se pode descrever em termos de uma tragédia sem fim.
- II. O resultado da nova série de eventos causais deflagrada por conta da estupidez desse grupo, 10 anos depois, só se pode descrever em termos de uma tragédia sem fim.
- III. O resultado, 10 anos depois da nova série de eventos causais deflagrada por conta da estupidez desse grupo, só se pode descrever em termos de uma tragédia sem fim.

Quais propostas são gramaticalmente corretas e preservam o sentido original do trecho?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

DISCIPLINAS JURÍDICAS

QUESTÃO 31 – Considere as seguintes afirmações sobre Teoria da Constituição:

- I. Somente pode ser classificada como promulgada a Constituição elaborada por representantes eleitos pelo povo exclusivamente para este fim.
- II. As normas constitucionais anteriores não repetidas, mas compatíveis com a Constituição nova, são recepcionadas como normas infraconstitucionais.
- III. Ainda que não exista uma “hermenêutica constitucional” específica, é certo que a interpretação constitucional tem peculiaridades, que derivam do fato de que a Constituição é uma norma auto-referente.

Segundo o entendimento doutrinário predominante, estão corretas:

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 32 – Considere as seguintes afirmações sobre limites ao poder de reforma constitucional:

- I. É cabível mandado de segurança contra proposta de emenda à Constituição que viole cláusula pétrea, uma vez que seu próprio processamento configura inconstitucionalidade.
- II. As normas que prevêm limitações expressas ao poder de reforma constitucional não podem ser objeto de emenda à Constituição.
- III. O princípio da anterioridade, que impede a cobrança de tributos no mesmo exercício em que publicada a lei que os instituiu ou aumentou, não é garantia individual protegida por cláusula pétrea.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 33 – Sobre a disciplina constitucional dos tratados internacionais, é correto afirmar que:

- A) Os tratados internacionais firmados pelo Brasil sobre direitos humanos podem ingressar no ordenamento jurídico brasileiro como normas de hierarquia constitucional.
- B) Os tratados internacionais firmados pelo Brasil não podem ingressar no ordenamento jurídico brasileiro como normas de hierarquia constitucional.
- C) Todos os tratados internacionais firmados pelo Brasil ingressam no ordenamento jurídico brasileiro como normas de hierarquia constitucional.
- D) Todos os tratados internacionais firmados pelo Brasil ingressam no ordenamento jurídico brasileiro como normas infraconstitucionais.
- E) O procedimento de aprovação, pelo Congresso Nacional, dos tratados internacionais firmados pelo Brasil sobre direitos humanos é irrelevante para determinar sua hierarquia normativa.

QUESTÃO 34 – Considere as seguintes afirmações sobre jurisdição constitucional:

- I. Com exceção das confederações sindicais e entidades de classe de âmbito nacional e dos partidos políticos, todos os demais legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal dispõem de capacidade postulatória especial.
- II. A decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, tomada em sede de controle concentrado, somente pode ser atacada por embargos de declaração ou, se transitada em julgado, por ação rescisória.
- III. A decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, tomada em sede de controle concentrado, produz efeito vinculante em relação a todos os demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública federal, estadual e municipal.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 35 – Considere as seguintes afirmações sobre as ações constitucionais:

- I. O *habeas corpus*, que é gratuito e dispensa a atuação de advogado, pode ser impetrado em favor de qualquer pessoa, inclusive pessoa jurídica.
- II. Além da omissão inconstitucional, é requisito do mandado de injunção a demonstração, pelo impetrante, de nexo causal entre a omissão e a inviabilidade do exercício do direito, liberdade ou prerrogativa.
- III. A ação civil pública para defesa do patrimônio público, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos só pode ser ajuizada pelo Ministério Público.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 36 – Considere as seguintes afirmações sobre Tribunais de Contas:

- I. Inclui-se entre as competências constitucionais dos Tribunais de Contas aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
- II. É competência constitucional do Tribunal de Contas do Estado apreciar, mediante parecer prévio, as contas prestadas anualmente pelos Chefes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do Estado.
- III. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, sendo-lhes vedada a criação de Tribunais ou Conselhos de Contas dos Municípios.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 37 – Analise as seguintes afirmações sobre o regime constitucional dos membros do Poder Legislativo:

- I. Tratando-se de Vereador, a inviolabilidade constitucional que o ampara no exercício da atividade legislativa estende-se às opiniões, às palavras e aos votos por ele proferidos, mesmo fora do recinto da própria Câmara Municipal, desde que nos estritos limites territoriais do Município.
- II. Crime decorrente de opinião, palavra ou voto emitido por membro da Assembleia Legislativa, no exercício formal de suas funções, somente poderá ser objeto de processo penal após o término do respectivo mandato parlamentar.
- III. Crime de corrupção passiva, praticado por um ex-membro do Congresso Nacional na época em que exercia o mandato parlamentar, somente poderá ser objeto de ação penal proposta perante o Supremo Tribunal Federal.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 38 – Segundo a Constituição da República, incumbe ao Poder Público, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado:

- I. Definir, em todas as unidades da Federação, através de lei, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, vedadas sua alteração e supressão, bem como qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- II. Exigir, na forma estabelecida em lei, a elaboração de estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.
- III. Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade, salvo se, neste último caso, qualificarem-se como atividade desportiva, prática cultural ou expressão folclórica.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 39 – Considerando as normas da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, analise as seguintes afirmações:

- I. O Governador e o Vice-Governador não poderão, sem licença da Assembleia Legislativa, ausentar-se do País, por qualquer tempo, nem do Estado, por mais de quinze dias, sob pena de perda do cargo.
- II. A Procuradoria-Geral do Estado será chefiada pelo Procurador-Geral do Estado, com prerrogativas de Secretário de Estado, e o cargo será provido em comissão, pelo Governador, devendo a escolha recair em membro da carreira, ativo ou inativo.
- III. O Estado poderá intervir nos Municípios quando o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância do princípio da probidade administrativa.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 40 – Em relação às imunidades tributárias, analise as assertivas abaixo:

- I. A imunidade tributária em prol das entidades educacionais que atendam aos requisitos legais abrange unicamente o IPTU e o IPVA.
- II. As entidades assistenciais estão imunes aos impostos independentemente do atendimento a qualquer requisito legal.
- III. A imunidade tributária em prol das entidades educacionais sem fins lucrativos abrange unicamente o ICMS.
- IV. A imunidade tributária em prol das entidades sindicais dos trabalhadores abrange todos os tributos.

Após análise, pode-se dizer que:

- A) Está correta apenas a assertiva I.
- B) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- C) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- D) Estão incorretas apenas as assertivas II e III.
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 41 – Em relação aos princípios constitucionais tributários, analise as assertivas abaixo:

- I. As contribuições de intervenção no domínio econômico podem ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído independentemente de qualquer outra condição.
- II. De acordo com a legislação brasileira, são considerados confiscatórios tributos cuja alíquota seja igual ou superior a 32%.
- III. O princípio da irretroatividade da lei, no que diz respeito à instituição de empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, não admite exceções.
- IV. O princípio da estrita legalidade diz respeito unicamente à criação dos impostos e das taxas.

Após análise, pode-se dizer que:

- A) Está correta apenas a assertiva I.
- B) Estão incorretas apenas as assertivas II e III.
- C) Está correta apenas a assertiva III.
- D) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 42 – Quanto à competência tributária, analise as assertivas abaixo:

- I. É taxativa a enumeração dos impostos de competência dos Municípios e da União.
- II. A competência tributária é indelegável.
- III. Somente em caso de calamidade pública os Estados têm competência para criar empréstimos compulsórios.
- IV. Compete exclusivamente aos Municípios a instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, observados os princípios da legalidade, da anterioridade, da irretroatividade e do não confisco.

Após análise, pode-se dizer que:

- A) Está correta apenas a assertiva II.
- B) Estão incorretas apenas as assertivas II e III.
- C) Está correta apenas a assertiva IV.
- D) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 43 – Em relação ao Sistema Constitucional Tributário, analise as assertivas abaixo:

- I. Os impostos são tributos não vinculados, ao passo que as taxas são tributos vinculados no que diz respeito à atuação estatal.
- II. Para a criação de qualquer tributo, o veículo legislativo apropriado é a lei ordinária.
- III. Admite-se a edição de medida provisória para a instituição de empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de guerra externa.
- IV. A instituição de impostos extraordinários se faz mediante lei ordinária.

Após análise, pode-se dizer que:

- A) Está incorreta apenas a assertiva I.
- B) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- C) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- D) Estão incorretas apenas as assertivas II, III e IV.
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 44 – No que diz respeito aos princípios tributários a serem observados quando da instituição de determinados impostos, analise as assertivas abaixo:

- I. A instituição do IPTU deve ser feita com observância dos princípios da seletividade e da progressividade, seja em razão do valor do imóvel, seja como forma de promover o cumprimento da função social da propriedade.
- II. As alíquotas do IPVA podem ser diferenciadas em função do tipo e da utilização do veículo.
- III. Os impostos residuais devem observar os critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade.
- IV. Em relação ao ITR, será progressivo com o intuito de desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

Após análise, pode-se dizer que:

- A) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- B) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- C) Estão incorretas apenas as assertivas II e III.
- D) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 45 – De acordo com o disposto no Código Tributário Nacional, analise as assertivas abaixo:

- I. Visando a corrigir distorções tributárias, admite-se o emprego da equidade para a dispensa do pagamento de tributo devido.
- II. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre moratória e anistia.
- III. Somente em caso de guerra, o emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- IV. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre parcelamento e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Após análise, pode-se dizer que:

- A) Está incorreta apenas a assertiva III.
- B) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- D) Estão incorretas apenas as assertivas II, III e IV.
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 46 – Quanto ao instituto da prescrição, em matéria tributária, analise as assertivas abaixo:

- I. Excepcionalmente, em se tratando de contribuições para a seguridade social, o prazo de prescrição é de 10 (dez) anos.
- II. A prescrição é causa excludente do crédito tributário.
- III. O lapso prescricional é interrompido por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.
- IV. As normas gerais sobre a prescrição tributária estão sob reserva de lei complementar.

Após análise, pode-se dizer que:

- A) Está correta apenas a assertiva II.
- B) Estão incorretas apenas as assertivas II e III.
- C) Está correta apenas a assertiva IV.
- D) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 47 – Em se tratando do rito previsto para os processos de execução fiscal, para fins de cobrança dos créditos tributários:

- I. A citação do executado não pode ser feita pelo correio.
- II. O termo *a quo* para a interposição de embargos de devedor é a juntada aos autos do mandado de citação.
- III. A propositura dos embargos de devedor independe de penhora.
- IV. O prazo para oferecimento de embargos de devedor é de 15 (quinze) dias.

Após análise, pode-se dizer que:

- A) Está incorreta apenas a assertiva I.
- B) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- C) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- D) Estão incorretas apenas as assertivas II, III e IV.
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 48 – De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, analise as assertivas abaixo:

- I. Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- II. O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- III. A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, admitindo-se, inclusive, a modificação do sujeito passivo da execução.
- IV. É necessária a intervenção do Ministério Público nos processos de execução fiscal.

Após análise, pode-se dizer que:

- A) Está incorreta apenas a assertiva III.
- B) Estão incorretas apenas as assertivas I, II e III.
- C) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- D) Estão incorretas apenas as assertivas II, III e IV.
- E) Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 49 – Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É possível responsabilizar o patrimônio pessoal do sócio através da desconsideração da personalidade jurídica de sociedade empresária, se restar caracterizada a prática por parte daquele de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.
- B) A personalidade jurídica é constituída por documento escrito – contrato social ou estatuto –, devidamente registrado, que tem como efeitos, dentre outros, o de atribuir a capacidade de adquirir direitos e constituir obrigações, além de permitir à sociedade possuir patrimônio próprio.
- C) A sociedade em conta de participação tem a atividade constitutiva do objeto social exercida em conjunto com o sócio participante, obrigando-se o sócio ostensivo perante terceiro pelo exercício da atividade empresarial.
- D) O exercício profissional de atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços, com o intuito de lucro, define determinada sociedade como empresária.
- E) As instituições financeiras são sociedades empresárias, que dependem de autorização do Poder Executivo Federal para o seu funcionamento, também estando sujeitas à liquidação extrajudicial.

QUESTÃO 50 – Assinale a alternativa correta.

- A) O despacho que defere o processamento do pedido de recuperação de empresa tem como efeito suspender as ações e as execuções contra o devedor pelo prazo de cento e oitenta (180) dias, excetuando algumas pretensões, como as de natureza trabalhista e as execuções fiscais, sendo que, após o decurso desse prazo, aquelas prosseguirão mediante autorização judicial.
- B) Na recuperação judicial com a aprovação do plano de recuperação pelos credores, há a novação dos créditos submetidos a esta, a qual importa na liberação dos fiadores que garantiam a obrigação da qual a empresa em recuperação era a devedora principal.
- C) O afastamento do administrador de sociedade limitada em sede de recuperação de empresa pode ocorrer tanto em razão de expressa previsão do plano de recuperação como em função da dissipação do patrimônio desta por aquele, como, por exemplo, em decorrência de desvio de bens; contudo, é necessária ação para tanto.
- D) Na recuperação extrajudicial, poderão ser convocados apenas alguns dos credores da empresa recuperanda para participar desta, sendo que o plano daí decorrente estará sujeito à homologação judicial, mas não obrigará aos credores trabalhistas, a não ser que envolva a todos os créditos desta natureza e obtenha a aprovação de três quintos (3/5) dos credores.
- E) O ativo permanente da empresa em recuperação só poderá ser alienado com autorização judicial ou se contiver previsão de venda no plano aprovado pelos credores, pois, caso não sejam observadas quaisquer destas condições para venda daquele tipo de bem, o negócio jurídico realizado será considerado ineficaz.

QUESTÃO 51 – Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Nota promissória emitida em branco, cujo preenchimento se deu antes do vencimento estipulado pelas partes e da apresentação para o resgate, possuindo no momento de sua emissão apenas a assinatura do emitente, é válida e eficaz, se não houve excesso ao completá-la.
- B) O aceite qualificado pode resultar de mera alteração da data relativa ao vencimento da letra de câmbio, cuja concordância obriga o aceitante nos exatos termos da prorrogação ajustada e dá o direito ao tomador de exigir o referido título naquele prazo.
- C) O endosso mandato admite que sejam invocadas as exceções pessoais que o devedor teria contra o endossante, sendo que este tipo de mandato não se extingue com a incapacidade do mandatário; entretanto, só permite que se faça um novo endosso mandato.
- D) O protesto necessário tem o efeito de evitar o perecimento de algum direito, provando tanto o descumprimento da obrigação quanto a impontualidade do devedor, mas não pode se dar quando da recusa da letra emitida para o aceite.
- E) O aval é uma garantia fidejussória, cuja obrigação cambiária constituída é solidária, autônoma, direta e pessoal, presumindo-se que foi dado em favor do sacador na falta de indicação.

QUESTÃO 52 – Assinale a alternativa correta.

- A) O contrato de compra e venda de imóvel adquirido por empresa de incorporação civil, cuja falência foi decretada, é passível de cumprimento, pois a quebra não é causa de rescisão contratual dos negócios jurídicos bilaterais, mesmo que exista cláusula resolutiva a esse respeito no referido pacto.
- B) As cédulas pignoratícias e as notas de crédito industrial, tendo em vista as garantias que se encontram presentes nos referidos títulos de crédito, estão sujeitas à classificação na ordem legal como créditos com privilégio especial.
- C) O falido perde o poder de administração e disponibilidade dos bens da massa com a decretação da falência, razão pela qual os negócios jurídicos realizados após este termo por aquele em nome da empresa falida são ineficazes de forma absoluta.
- D) O crédito referente à contribuição do empregador devido ao Instituto Nacional de Seguridade Social é passível de ser exigido mediante ação de restituição na falência, tratando-se aquele de extraconcursal.
- E) A falência de instituições financeiras e de entidades fechadas de previdência complementar poderá ser requerida pelo liquidante, mediante autorização do órgão estatal competente, devido ao tipo de atividade empresarial realizado por aquelas.

QUESTÃO 53 – Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Constituição, a lei e o decreto autônomo devem ser considerados como as únicas fontes formais primárias do direito administrativo brasileiro vigente.
- B) Administração Pública, em sentido objetivo ou material, diz respeito à busca de um critério que defina, seja em sentido positivo seja em sentido negativo, a função ou a atividade administrativa, em oposição às demais e tradicionais funções do Estado.
- C) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as autarquias, por serem criadas para executar atividades típicas da Administração Pública, somente podem ser instituídas para a prestação de serviços públicos; ou então, quando necessária aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, para exploração direta de atividade econômica.
- D) Sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público, segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não integram o conceito de "Administração Pública Indireta".
- E) Consórcios públicos, na forma da Lei nº 11.107/05, nada obstante tenham seu protocolo de intenções ratificado por lei formal de cada uma das entidades consorciadas, constituem, segundo a jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal, acordos públicos de caráter precário, caracterizados por instabilidade institucional.

QUESTÃO 54 – Assinale a alternativa correta.

- A) Agentes políticos são agentes públicos de status constitucional, nada obstante também constituam espécie de servidores públicos em sentido estrito.
- B) "Função de confiança", do ponto de vista estritamente técnico-jurídico, constitui expressão sinônima de "cargo em comissão".
- C) Os empregados públicos das empresas públicas e sociedades de economia mista, nada obstante estejam submetidos ao direito trabalhista comum ou ordinário ("regime celetista") por força expressa de norma constitucional (art. 173, § 1º, II, CF 1988), vinculam-se ao regime de previdência pública, ou seja, regime igual ao dos servidores públicos ocupantes de cargos (art. 40, CF 1988), e não do regime geral de previdência social.
- D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito da sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
- E) Sob uma perspectiva estritamente técnico-jurídica, atividades temporárias de direção, chefia ou assessoramento e atividades para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público não podem ser consideradas funções públicas.

QUESTÃO 55 – Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- B) Bens dominicais, porque desafetados de um interesse ou utilidade pública, são passíveis de alienação e, portanto, também de usucapião.
- C) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
- D) Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, quando afetados para a prestação de um serviço público, os bens de empresas públicas e de sociedades de economia mista podem gozar dos privilégios dos bens públicos, tal como, por exemplo, a impenhorabilidade.
- E) Sobre bens públicos em espécie, no regime jurídico vigente, inexistem águas públicas sob domínio dos Municípios; todas as águas públicas estão ou sob domínio da União ou dos Estados ou do Distrito Federal.

QUESTÃO 56 – Assinale a alternativa correta.

- A) Pelo princípio da legalidade administrativa, toda e qualquer conduta da Administração Pública deve estar previamente autorizada em lei parlamentar formal, sob pena de invalidade e nulidade da ação administrativa.
- B) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o princípio da moralidade administrativa está confinado a âmbito da ética da legalidade, a qual não pode ser ultrapassada, sob pena de dissolução do próprio sistema jurídico, ou seja, a moralidade administrativa não se relaciona diretamente com os padrões e comportamentos reputados como honestos e virtuosos pelos membros da sociedade.
- C) Para efeitos de sua aplicação prática, o princípio da proporcionalidade pressupõe, sucessivamente, a análise da razoabilidade, da adequação e da proporcionalidade em sentido estrito de todo e qualquer ato administrativo.
- D) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o princípio da proteção da confiança dos administrados constitui a face objetiva do princípio da segurança jurídica.
- E) Quando se tratar de infração disciplinar mediante "verdade sabida", é dispensável, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, o contraditório e a ampla defesa em favor do servidor público infrator, devendo ser, todavia, respeitado o dever de fundamentação ou motivação substancial da decisão disciplinar punitiva.

QUESTÃO 57 – Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O ato administrativo discricionário é aquele que se caracteriza por um âmbito de livre mérito, preenchido pela oportunidade e conveniência do agente administrativo, conforme as circunstâncias do caso concreto, podendo existir esse âmbito de mérito nos elementos objeto, forma e motivo do ato administrativo.
- B) O poder hierárquico tem por objetivo não somente ordenar, mas também coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública.
- C) O poder disciplinar é correlato com o poder hierárquico, mas com ele não se confunde.
- D) Tradicionalmente são arrolados, pela doutrina brasileira, como atributos do poder de polícia estatal, a discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade.
- E) No direito administrativo brasileiro, o poder regulamentar de expedir decretos e regulamentos para fiel execução de leis é privativo do Presidente da República.

QUESTÃO 58 – Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Sob o regime da Constituição de 1988, a permissão de serviço público tanto pode tomar a forma de um ato administrativo unilateral quanto a forma de um contrato administrativo bilateral, conforme decisão de oportunidade e conveniência do Poder Concedente.
- B) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- C) Limitações administrativas se traduzem na prática em normas gerais e abstratas que limitam ou restringem a propriedade das pessoas em nome da utilidade ou do interesse público.
- D) Parcerias público-privadas tomam a forma de contratos de concessão administrativa ou de contratos de concessão patrocinada.
- E) Autorizações para serviço público, nada obstante não referidas expressamente no art. 175 da Constituição de 1988, que apenas refere as concessões e permissões, ainda podem ser editadas pela União em certos casos expressos e esparsos no texto constitucional, tais como nos casos de serviços de radiodifusão, serviços e instalações de energia elétrica, ou de telecomunicações.

QUESTÃO 59 – Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Por meio de simples decreto e, portanto, sem prévia autorização legal, o Chefe do Poder Executivo pode dispor sobre a organização e funcionamento da administração, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- B) Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União; os bens dos Municípios poderão ser desapropriados pelos Estados, mediante simples decreto do Chefe do Poder Executivo respectivo.
- C) O tombamento de bens somente pode incidir sobre bens materiais ou corpóreos.
- D) A prescrição das dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, somente pode ser interrompida uma vez, e recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, ou do último do processo para a interromper; consumir-se-á a prescrição no curso da lide sempre que a partir do último ato ou termo da mesma, inclusive da sentença nela proferida, embora passada em julgado, decorrer o prazo de dois anos e meio.
- E) Cassação ocorre quando o ato administrativo, de início válido e legítimo, torna-se inválido e ilegítimo durante a sua execução, via de regra por ato ou fato imputável ao beneficiado pelo ato.

QUESTÃO 60 – Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Segundo o Supremo Tribunal Federal, no âmbito da responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública, quando a entidade administrativa pretender usar de seu direito de regresso contra o servidor causador, com dolo, do ato ilícito e danoso à vítima, ela deve se valer de ação judicial de cobrança, descabendo a realização do desconto em folha do seu servidor, salvo consentimento expresso deste.
- B) No caso da legislação complementar do Estado do Rio Grande do Sul sobre servidores públicos, toda autoridade estadual é competente para, no âmbito da jurisdição do órgão sob sua chefia, determinar a realização de sindicância, de forma sumária, a qual deverá ser concluída no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias úteis, podendo ser prorrogado por até igual período.
- C) No caso da legislação complementar do Estado do Rio Grande do Sul sobre servidores públicos, como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade ou infração funcional, a autoridade instauradora do processo administrativo-disciplinar poderá determinar o afastamento preventivo do exercício das atividades do seu cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.
- D) No caso da legislação complementar do Estado do Rio Grande do Sul sobre servidores públicos, a absolvição do processo crime, a que for submetido o servidor, não implicará na permanência ou retorno do mesmo ao serviço público se, em processo administrativo-disciplinar regular, tiver sido demitido em virtude de prática de atos que o inabilitem moralmente para aquele serviço.
- E) A natureza jurídica dos delitos de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92) não é penal.

QUESTÃO 61 – Assinale a alternativa correta.

- A) Tipos de licitação são apenas e exclusivamente a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso, o leilão e o pregão, sendo vedada a criação de outros tipos ou a combinação desses tipos dantes referidos.
- B) O pregão pode ser presencial, semipresencial e eletrônico.
- C) A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ocorrido após o julgamento das propostas, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- D) É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.
- E) Para a habilitação nas licitações, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira, vedadas quaisquer outras exigências não previstas expressamente na Lei nº 8.666/93.

QUESTÃO 62 – Em se tratando de fundações, é correto afirmar que:

- A) O Ministério Público fiscaliza as que forem públicas e não as privadas.
- B) A sua instituição poderá ser feita por contrato particular se for fundação privada.
- C) Se funcionarem em mais de um Estado, a fiscalização compete a cada Ministério Público Estadual em que houver atividade.
- D) A fiscalização do Ministério Público outorga-lhe o poder de fazer os estatutos caso haja omissão do instituidor e desde que seja fundação pública.
- E) Caso haja insuficiência de bens para instituir a fundação, os que existirem serão destinados ao Estado membro no qual ela teria sua atividade principal.

QUESTÃO 63 – Assinale a alternativa correta:

- A) A universalidade de fato diferencia-se da de direito, pois, embora ambas dependam de reconhecimento legal, a primeira precisa da vontade do titular para instituí-la.
- B) A universalidade de fato não autoriza que haja relação jurídica a não ser sobre cada um dos bens.
- C) A universalidade de direito representa o complexo de relações jurídicas de uma pessoa, ainda que não dotadas de valor econômico.
- D) A universalidade de fato prescinde de determinação legal, dependendo da vontade do titular e da destinação que este atribua ao complexo de bens.
- E) A universalidade de direito, além do reconhecimento legal, precisa da vontade do titular atribuindo uma destinação específica ao complexo de bens.

QUESTÃO 64 – Quanto à condição, pode-se afirmar que:

- A) Considera-se não escrita se for suspensiva e física ou juridicamente impossível.
- B) É invalidante do próprio negócio jurídico se incompreensível ou contraditória.
- C) É invalidante do próprio negócio jurídico se for resolutiva e fisicamente impossível.
- D) É ineficaz se for ilícita.
- E) Considera-se anulável se for dependente exclusivamente da vontade de uma das partes.

QUESTÃO 65 – NÃO constitui ato ilícito

- A) o exercício de um direito se exceder a boa fé objetiva.
- B) o ato praticado em legítima defesa, desde que própria.
- C) o ato praticado no uso regular de um direito, desde que se demonstre ser o mesmo absolutamente indispensável.
- D) o ato praticado para remoção de perigo desde que não cause danos a pessoas.
- E) o ato praticado para remoção de perigo desde que não exceda o limite do indispensável e for absolutamente necessário.

QUESTÃO 66 – O possuidor de boa-fé

- A) faz jus aos frutos percebidos até que cesse a boa-fé, mas perde os pendentes e os colhidos antecipadamente.
- B) faz jus à indenização das despesas de custeio dos frutos percebidos, dos pendentes e dos colhidos antecipadamente.
- C) não responde pela perda ou deterioração da coisa, enquanto esteja de boa-fé, mesmo que por culpa sua.
- D) pode exercer o direito de retenção pelas benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias.
- E) que semear em terreno alheio com sementes próprias tem direito à colheita.

QUESTÃO 67 – NÃO é causa de perda da propriedade

- A) a alienação.
- B) a renúncia.
- C) o abandono.
- D) a deterioração da coisa.
- E) a desapropriação.

QUESTÃO 68 – No contrato preliminar,

- A) deve-se observar todos os requisitos do contrato definitivo.
- B) o inadimplemento enseja perdas e danos, mas não o cumprimento do contrato.
- C) a promessa de contratar deve ser sempre bilateral.
- D) não é cabível a estipulação de que o contrato principal envolva obrigação de fazer.
- E) não é possível a fixação de arras penitenciais.

QUESTÃO 69 – Quanto à responsabilidade civil, é correto dizer que:

- A) O incapaz não responde pelos danos que causar.
- B) Os pais respondem pelos filhos se houver culpa *in vigilando*.
- C) Os empregadores respondem pelos seus empregados por culpa *in eligendo*.
- D) Os tutores e curadores respondem objetivamente pelos atos dos tutelados e curatelados.
- E) O dono de edifício responde pelos danos da ruína do edifício de forma objetiva.

QUESTÃO 70 – Cidadão brasileiro (Carlos), nascido em Porto Alegre-RS e residente no Canadá, possui, dentre seus bens, imóvel próprio, devidamente registrado no Registro de Imóveis da cidade de Gramado-RS. Ao ter conhecimento de que o imóvel foi invadido por terceiros, pode Carlos propor ação de reintegração de posse:

- I. Na Comarca de Gramado-RS.
- II. No Canadá, requerendo, após, a homologação da sentença no Superior Tribunal de Justiça e seu cumprimento no Brasil.
- III. Em Porto Alegre-RS, requerendo o cumprimento da sentença por carta precatória.

Em relação às assertivas acima, afirma-se que:

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas III está correta.
- D) Apenas I e II estão corretas.
- E) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 71 – Em demanda processada na Justiça Estadual do RS, a parte autora sustenta em seu favor a aplicação de Lei Estadual do RS. A parte ré requer ao juiz seja determinado à autora que prove documentalmente o teor e a vigência da referida legislação. O juiz indefere tal pedido e julga procedente o pedido da parte autora. Neste caso:

- I. Houve violação do artigo 337 do CPC, que impõe à parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe o teor e a vigência.
- II. A sentença é nula por violar as regras de ônus da prova.
- III. A parte autora não estava obrigada a provar o conteúdo ou a vigência da legislação estadual, seja porque isto não lhe foi determinado pelo juiz, seja porque o juiz tem o dever de conhecer o direito do local em que exerce jurisdição.

Em relação às assertivas acima, afirma-se que:

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas III está correta.
- D) Apenas I e II estão corretas.
- E) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 72 – Em audiência de instrução e julgamento, o juiz profere decisão antecipatória da tutela determinando o desfazimento, em 48 horas, de obra em imóvel de propriedade do réu. Neste caso:

- I. O réu poderá interpor agravo de instrumento, em face do perigo de lesão grave e de difícil reparação.
- II. O réu não poderá interpor agravo de instrumento, mas, sim, agravo retido, em face da expressa disposição contida no artigo 523, § 3.º, do CPC.
- III. O réu poderá impetrar mandado de segurança, em face da ausência de recurso cabível contra a decisão.
- IV. O réu poderá ajuizar correção parcial, em face da ausência de recurso cabível contra a decisão.

Em relação às assertivas acima, afirma-se que:

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas III está correta.
- D) Apenas IV está correta.
- E) Apenas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 73 – Recurso especial interposto pelo autor é inadmitido pelo tribunal de origem, em decisão publicada em 15 de abril de 2011. Ao agravar da decisão, o autor acosta à sua petição diversas cópias do processo de origem, dentre as quais não se inclui cópia da própria decisão que denegou o recurso especial (decisão agravada). Recebido o agravo nos autos do processo, a parte ré é intimada para apresentar suas contrarrazões. Ao fazê-lo, sustenta que não deve ser admitido o agravo de instrumento por falta de peça obrigatória. Neste caso:

- I. Era desnecessária a juntada da cópia da decisão agravada.
- II. Como o autor valeu-se de agravo de instrumento, era indispensável a juntada da cópia da decisão agravada, razão pela qual não deverá ser conhecido o agravo de instrumento.
- III. O Tribunal deverá abrir vista ao autor para juntada de cópia da decisão agravada.
- IV. Apenas o Superior Tribunal de Justiça poderá decidir sobre a questão levantada pelo réu/agravado.

Em relação às assertivas acima, afirma-se que:

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas III está correta.
- D) Apenas IV está correta.
- E) Apenas I e IV estão corretas.

QUESTÃO 74 – Sentença condenatória ao pagamento de quantia certa é proferida contra réu residente em Porto Alegre-RS, pelo juízo da 5.^a Vara Cível do Foro Central desta capital. O réu possui bens tanto em Porto Alegre-RS quanto em Caxias do Sul-RS. Neste caso:

- I. Poderá o credor requerer o cumprimento da sentença em Caxias do Sul-RS, hipótese em que necessariamente deverá requerer ao Juízo de Porto Alegre-RS expedição de carta precatória para o Juízo de Caxias do Sul-RS.
- II. Deverá o credor requerer o cumprimento da sentença necessariamente em Porto Alegre-RS, na medida em que a competência do juízo prolator da sentença para o seu cumprimento é de caráter absoluto.
- III. Poderá o credor optar tanto por requerer o cumprimento da sentença em Caxias do Sul-RS quanto em Porto Alegre-RS, vinculando-se à sua escolha e renunciando, com isso, à possibilidade de expropriar bens na localidade preterida.
- IV. Poderá o credor optar tanto por requerer o cumprimento da sentença em Caxias do Sul-RS quanto em Porto Alegre-RS. Na primeira hipótese, a remessa dos autos do processo para Caxias do Sul-RS será solicitada ao Juízo da 5.^a Vara Cível de Porto Alegre-RS.

Em relação às assertivas acima, afirma-se que:

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas III está correta.
- D) Apenas IV está correta.
- E) Apenas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 75 – Sobre a ação de consignação em pagamento, é correto afirmar que:

- A) O réu não poderá alegar, em sua contestação, justa causa na recusa do pagamento.
- B) Para alegar, em sua defesa, que o depósito pelo autor não é integral, necessita o réu indicar o montante que entende devido, sob pena de inadmissão de sua alegação.
- C) Quando a ação for fundamentada, pelo autor, em dúvida sobre quem seja o legítimo credor, e comparecendo mais de um credor, o juiz deverá declarar efetuado o depósito e extinta a obrigação, passando a correr o processo, sob o procedimento ordinário, unicamente entre os credores, independentemente das alegações por estes apresentadas em suas defesas.
- D) A sentença que concluir pela insuficiência do depósito imputará ao autor os ônus sucumbenciais e autorizará o réu a mover ação de conhecimento própria para a cobrança da diferença devida.
- E) Ela é admitida apenas para a consignação de quantia certa em dinheiro.

QUESTÃO 76 – Quando alguém atua em nome próprio na defesa de direito alheio, autorizado por lei, pode-se afirmar que a hipótese é de

- A) substituição processual.
- B) representação processual.
- C) ilegitimidade ativa.
- D) legitimação ordinária.
- E) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

QUESTÃO 77 – O réu, ao contestar ação contra ele proposta, ajuíza também reconvenção. Após ser intimado para réplica e contestação da reconvenção, o autor desiste da ação, obtendo do réu a concordância com tal desistência. Neste caso:

- I. A concordância do réu com a desistência da ação pelo autor implica desistência implícita da reconvenção.
- II. A reconvenção deve ser extinta sem julgamento do mérito, pois o acessório (reconvenção) segue o principal.
- III. A desistência da ação não obsta ao prosseguimento da reconvenção.

Em relação às assertivas acima, afirma-se que:

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas III está correta.
- D) Apenas I e II estão corretas.
- E) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 78 – Impetrado mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, contra ato de Secretário de Estado, a segurança é parcialmente concedida para anular sanção imposta ao Impetrante, mantendo, porém, processo administrativo cuja extinção se postulava no *mandamus*. A matéria possui repercussão geral. Neste caso, é correto afirmar que:

- A) É cabível recurso ordinário tanto do Estado quanto do Impetrante, cada qual na parte que sucumbiu.
- B) Caberá recurso especial e extraordinário tanto do Estado quanto do Impetrante, cada qual na parte que sucumbiu.
- C) Caberá, para o Impetrante, recurso ordinário para o STJ e recurso extraordinário para o STF.
- D) Caberá recurso ordinário do Estado e recursos especial e extraordinário do Impetrante.
- E) Caberá recurso ordinário do Impetrante e recursos especial e extraordinário do Estado.

QUESTÃO 79 – Considere as afirmativas a seguir:

- I. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, é válido o sistema de compensação de horário quando a jornada adotada é a denominada "semana espanhola", que alterna a prestação de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra, não violando a CLT e a Constituição Federal o seu ajuste mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- II. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, a validade de acordo coletivo ou convenção coletiva de compensação de jornada de trabalho em atividade insalubre prescinde da inspeção prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho.
- III. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, o regime compensatório de jornada, na modalidade denominada "banco de horas", não pode ser instituído mediante acordo individual, mesmo que por escrito.

Em relação às assertivas acima, afirma-se que:

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas III está correta.
- C) Apenas I e III estão corretas.
- D) Todas estão corretas.
- E) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 80 – Considere as afirmativas a seguir:

- I. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, o advogado empregado de banco, pelo simples exercício da advocacia, equipara-se ao gerente ou ao chefe de setor e, portanto, deve cumprir a jornada ordinária de 8 horas.
- II. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada.
- III. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, a contratação do serviço suplementar, quando da admissão do trabalhador bancário, é nula; os valores assim ajustados apenas remuneram a jornada normal, sendo devidas as horas extras com o adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), as quais não configuram pré-contratação, se pactuadas após a admissão do bancário.

Em relação às assertivas acima, afirma-se que:

- A) Apenas II está correta.
- B) Todas estão incorretas.
- C) Apenas I e III estão corretas.
- D) Apenas I e II estão corretas.
- E) Apenas II e III estão corretas.

QUESTÃO 81 – Considerando a legislação trabalhista vigente e a jurisprudência atualizada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de *bis in idem*.
- B) A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal, descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 (seis) horas prevista na Constituição Federal.
- C) O desrespeito ao intervalo mínimo interjornadas de 11 horas previsto na CLT acarreta, por analogia, os mesmos efeitos previstos na Lei nº 605/49 ("Lei do repouso semanal remunerado e pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos"), devendo-se pagar em dobro a integralidade das horas que foram subtraídas do intervalo.
- D) O trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento retira o direito à hora noturna reduzida de 52 minutos e 30 segundos prevista na CLT.
- E) Mesmo havendo condução fornecida pelo empregador, a incompatibilidade entre os horários de início e de término da jornada do empregado e os do transporte público regular não gera o direito às horas *in itinere*, pois estas somente se caracterizam nas situações em que o local de trabalho for de difícil acesso ou não servido por transporte público.

QUESTÃO 82 – Considere as afirmativas a seguir:

- I. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, o trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.
- II. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, o valor das horas suplementares prestadas habitualmente, por mais de 2 (dois) anos, ou durante todo o contrato, se suprimidas, integra-se ao salário para todos os efeitos legais.
- III. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, a fixação do adicional de periculosidade, em percentual inferior ao legal e proporcional ao tempo de exposição ao risco, deve ser respeitada, desde que pactuada em acordos ou convenções coletivos.

Em relação às assertivas acima, afirma-se que:

- A) Apenas I está correta.
- B) Todas estão incorretas.
- C) Apenas I e III estão corretas.
- D) Apenas I e II estão corretas.
- E) Todas estão corretas.

QUESTÃO 83 – Considere as afirmativas a seguir:

- I. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, havendo a coexistência de dois regulamentos de empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro.
- II. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.
- III. Considera-se trabalhador temporário aquele contratado por empresa de trabalho temporário, para prestação de serviço destinado a atender necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de tarefas de outra empresa.

Em relação às assertivas acima, afirma-se que:

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas III está correta.
- C) Apenas II e III estão corretas.
- D) Todas estão corretas.
- E) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 84 – Considere as afirmativas a seguir:

- I. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, é inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente.
- II. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, não é cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória no processo trabalhista.
- III. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, em qualquer ação proposta pelo sindicato como substituto processual, todos os substituídos serão individualizados na petição inicial e, para o início da execução, devidamente identificados pelo número da Carteira de Trabalho e Previdência Social, número de registro PIS/PASEP e documento de identidade ou CPF.

Em relação às assertivas acima, afirma-se que:

- A) Apenas II e III estão corretas.
- B) Todas estão incorretas.
- C) Apenas I e II estão corretas.
- D) Apenas I está correta.
- E) Todas estão corretas.

QUESTÃO 85 – Considere as afirmativas a seguir:

- I. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, o art. 462 do CPC, que admite a invocação de fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito, superveniente à propositura da ação, é inaplicável aos processos em curso em qualquer instância trabalhista.
- II. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, não procede ação rescisória calcada em ofensa à coisa julgada perpetrada por decisão proferida em ação de cumprimento, em face de a sentença normativa, na qual se louvava, ter sido modificada em grau de recurso, porque em dissídio coletivo somente se consubstancia coisa julgada formal.
- III. Segundo o atual entendimento jurisprudencial do TST, havendo pedido expresso de que as intimações e publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é nula, salvo se constatada a inexistência de prejuízo.

Em relação às assertivas acima, afirma-se que:

- A) Apenas I está correta.
- B) Todas estão incorretas.
- C) Apenas I e II estão corretas.
- D) Apenas II e III estão corretas.
- E) Todas estão corretas.

QUESTÃO 86 – Considerando a legislação trabalhista vigente e a jurisprudência atualizada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- A) Excetuadas as entidades integrantes da Administração Pública, direta ou indireta, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.
- B) É garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos, dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, nove consultas médicas e demais exames complementares.
- C) Operadores de telemarketing e teleatendimento não fazem jus à jornada reduzida e, portanto, devem cumprir o regime ordinário de 8 horas diárias e 44 horas semanais constitucionalmente previsto, salvo acordo mais benéfico.
- D) A carga horária das atividades em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 8 horas diárias ou 44 horas semanais, incluindo neste período o aprendizado teórico.
- E) Ainda que desvirtuada a finalidade do contrato de estágio celebrado na vigência da Constituição Federal de 1988, é inviável o reconhecimento do vínculo empregatício com ente da Administração Pública direta ou indireta, por força do art. 37, II, da CF/1988, bem como o deferimento de indenização pecuniária, exceto em relação ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

QUESTÃO 87 – Em relação à aposentadoria especial – com requisitos ou critérios diferenciados – dos servidores titulares de cargos efetivos, prevista na Constituição da República, considere as seguintes assertivas:

- I. Deve ser regulamentada em leis complementares, as quais não foram editadas pelo Congresso Nacional após a Emenda nº 47/2005, no que pertine aos portadores de deficiência, aos que exercem atividades de risco ou em condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
- II. Têm direito os servidores policiais civis, de acordo com norma da Lei Complementar nº 51/1985, declarada recepcionada pelo Supremo Tribunal Federal.
- III. São beneficiários os professores de carreira em estabelecimento de educação básica que trabalhem em sala de aula ou nas funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico.

Quais estão corretas?

- A) I, II e III.
- B) Apenas I
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 88 – Em relação à aposentadoria dos servidores públicos, assinale a afirmativa correta.

- A) Sempre extingue o contrato de trabalho dos celetistas.
- B) Não mais se admitem hipóteses de acumulação, após a Emenda nº 20 à Constituição da República.
- C) Em regra, pode exceder ao valor da remuneração do servidor no cargo.
- D) Por invalidez, sempre gera benefício com proventos paritários.
- E) Em sua disciplina, aplicam-se as normas vigentes ao tempo da reunião dos requisitos à inatividade, ressalvada a revisão prevista em lei.

QUESTÃO 89 – Considere as seguintes afirmações acerca de Previdência Complementar, segundo as regras atuais, e assinale a alternativa INCORRETA.

- A) De acordo com a Constituição da República, o regime de previdência complementar dos servidores ocupantes de cargos efetivos do Estado do RS deverá ser administrado por entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública.
- B) No regime de previdência complementar dos servidores públicos (art. 40, §§ 14, 15 e 16, da CR), deverá ser oferecido aos participantes plano em que o valor do benefício futuro será determinado pelo capital aportado acrescido do rendimento das aplicações.
- C) O regime de previdência complementar dos servidores ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será instituído por lei complementar nacional de iniciativa do Poder Executivo.
- D) O Estado do RS, como patrocinador da previdência complementar de seus servidores titulares de cargos efetivos, não poderá aportar contribuição normal excedente à do segurado.
- E) O servidor ocupante de cargo efetivo que tiver ingressado no serviço público anteriormente à publicação do ato de instituição do regime de previdência complementar, a tal regime poderá aderir mediante prévia e expressa opção.

QUESTÃO 90 – A pensão por morte, no âmbito do regime previdenciário a que estão atualmente sujeitos os servidores providos exclusivamente em cargos em comissão, segundo as normas disciplinadoras e/ou à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores (STF/STJ):

- I. Tem sua concessão regida pelas leis em vigor na data do óbito do segurado.
- II. Pode ter como beneficiário qualquer pessoa indicada pelo segurado, ainda que não seja seu cônjuge, companheiro ou dependente.
- III. Independe de período de carência.

Quais estão corretas?

- A) I, II e III.
- B) Apenas I.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 91 – Considere as seguintes assertivas acerca dos objetivos e diretrizes organizacionais da Seguridade Social:

- I. A seletividade na prestação dos benefícios e serviços tem caráter social, pois corresponde ao ideal de que a organização da seguridade social deve conter regras que garantam a concessão de benefícios e serviços aos mais necessitados, não estendendo a todos indistintamente as prestações que o sistema oferece, em atenção as suas possibilidades econômico-financeiras e de acordo com critérios de solidariedade identificados pelo legislador.
- II. A diversidade da base de financiamento significa que o custeio do sistema, embora não seja de responsabilidade de toda a sociedade, abrange recursos oriundos dos orçamentos dos entes de direito público e também as contribuições de empregadores, das empresas ou entidades equiparadas, do trabalhador e demais segurados da previdência social e sobre a receita de concursos de prognósticos.
- III. De acordo com princípio da equidade na forma de participação no custeio, inspirado em noções de isonomia, não é permitido ao legislador ordinário fixar contribuições sociais em alíquotas ou bases de cálculos diferenciadas em razão da atividade econômica ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

Quais estão corretas?

- A) I, II e III.
- B) Apenas I.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 92 – Nas infrações de menor potencial ofensivo, é correto afirmar que:

- A) A composição dos danos civis entre o autor do fato e o ofendido será reduzida a termo em audiência e homologada pelo Juiz mediante sentença recorrível.
- B) Tratando-se de ação penal pública condicionada à representação do ofendido, a homologação da composição dos danos civis não acarreta a renúncia ao direito de representação.
- C) Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo, sendo que o não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.
- D) Homologada a composição dos danos civis, tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público não poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas.
- E) Não se admitirá a proposta de transação penal se o autor da infração tiver sido condenado, pela prática de crime ou contravenção, à pena privativa de liberdade ou de multa, por sentença definitiva.

QUESTÃO 93 – Sobre suspensão condicional do processo, é INCORRETO afirmar que:

- A) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão condicional do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.
- B) É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.
- C) Além das hipóteses legais de condições para a suspensão condicional do processo, o Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.
- D) A suspensão condicional do processo será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.
- E) Não se admitirá a suspensão condicional do processo se o agente tiver sido beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, com a aplicação do mesmo benefício.

QUESTÃO 94 – Nos crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, o funcionário que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, pratica o crime de

- A) concussão.
- B) excesso de exação.
- C) corrupção passiva.
- D) peculato mediante erro de outrem.
- E) violência arbitrária.

QUESTÃO 95 – Nos crimes contra a Administração da Justiça, o agente que solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha pratica o delito de

- A) favorecimento pessoal.
- B) fraude processual.
- C) coação no curso do processo.
- D) favorecimento real.
- E) exploração de prestígio.

QUESTÃO 96 – Assinale a alternativa correta.

- A) O consentimento do ofendido ou do titular do bem jurídico é causa supralegal de exclusão da culpabilidade do agente.
- B) A culpa consciente é a culpa com previsão, ocorrendo quando o agente prevê que sua conduta deve levar a um certo resultado lesivo, embora acredite, firmemente, que tal evento não se realizará, confiando na sua boa fortuna.
- C) A lei permite que qualquer pessoa alegue o estado de necessidade justificante como causa legal de exclusão da ilicitude, ainda que tenha o dever legal de enfrentar o perigo.
- D) No concurso material de crimes, quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.
- E) A potencial consciência da ilicitude é elemento que integra o juízo de tipicidade, sendo indispensável para a caracterização do elemento subjetivo do tipo.

QUESTÃO 97 – Assinale a alternativa correta.

- A) O Estado intervirá em seus municípios quando não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- B) O julgamento de contas dos administradores públicos pelo Tribunal de Contas do Estado não inclui as contas do Procurador-Geral do Estado, face à autonomia administrativa e financeira da Procuradoria-Geral do Estado.
- C) Em razão da sua sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, as sociedades de economia mista e as empresas públicas não estão incluídas no âmbito da competência do Tribunal de Contas.
- D) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União manterão, de forma autônoma, sistema de controle externo e interno.
- E) As decisões do Tribunal de Contas, face à sua independência e competências constitucionais, não podem ser submetidas à apreciação do Poder Judiciário.

QUESTÃO 98 – Assinale a alternativa correta.

- A) O produto do imposto arrecadado por ente de direito público interno é classificado como receita de capital.
- B) Não é condição para o pagamento da despesa ser ela ordenada após sua regular liquidação.
- C) Face à sua autonomia administrativa e financeira, constitui receita própria do Tribunal de Contas do Estado o produto arrecadado em razão da cobrança de multas dos administradores estaduais.
- D) Na fase de pagamento da despesa, será verificada a legalidade da origem e do objeto do que se deve pagar.
- E) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

QUESTÃO 99 – Assinale a alternativa correta:

- A) Não compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- B) Pertencem aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituïrem e mantiverem.
- C) A lei orçamentária anual da União compreende o orçamento fiscal referente aos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta, não incluídos os entes da administração indireta, em razão de sua autonomia e personalidade próprias.
- D) Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite fixado para o Estado, ficam vedadas as concessões de vantagens ou adequação de remuneração, a qualquer título, ainda que derivadas de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual e da revisão geral anual prevista no artigo 37, X, da Constituição Federal.
- E) Os limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios é competência dos respectivos Poderes Legislativos, em face do pacto federativo e autonomia financeira e administrativa dos entes federados.

QUESTÃO 100 – Assinale a alternativa correta.

- A) Em razão da sua autonomia administrativa e financeira, compete ao Tribunal de Contas do Estado a cobrança judicial dos valores relativos à imputação de débitos ou de multas.
- B) As contas dos administradores estaduais e municipais e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, após parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, serão encaminhadas para apreciação pela Assembleia Legislativa do Estado.
- C) Como órgão auxiliar do Poder Legislativo, as funções constitucionais do Tribunal de Contas são incluídas em programa de controle externo e interno do respectivo corpo legislativo, ao qual compete apreciar, em grau de recurso, todas as decisões da Corte de Contas.
- D) O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.
- E) As Constituições Estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, fixando, no âmbito da sua competência, o número de Conselheiros e a forma de escolha.